

## CAPÍTULO I

### SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS.

#### 1.1.A sociedade moderna e a crise ambiental

Desde que desceu das árvores, como disse Heilbroner (1996), na sua obra “*A História do Pensamento Econômico*”, o homem tem enfrentado a questão da sua sobrevivência como membro de um grupo social e não como indivíduo. O fato desta espécie ainda existir sobre a face da Terra, mesmo que permeada por tantas diferenças, é uma comprovação que o sucesso desta empreitada foi parcial. Não tem sido fácil para os agrupamentos humanos garantir, sem percalços, a sua sobrevivência.

Nos primórdios da história humana, e ainda hoje em diversos lugares do mundo, a natureza tem proporcionado espetáculos de abundância, assim como crises de abastecimento. Como forma de resolver estas vicissitudes, o homem desenvolveu, apesar de mostrar uma aparente tendência ao egocentrismo, a cooperação e a vida em sociedade como forma de assegurar seu bem-estar e o de sua família. Além disto, e por ser destituído de atributos especiais que outros animais possuem, como grande força física, visão e faro aguçados, passou a utilizar a inteligência na fabricação de ferramentas que pudessem tornar mais fáceis e produtivas suas atividades diárias. Progressivamente, a vida em sociedade vai se tornando mais e mais complexa e dependente da cooperação, a não ser que os ditos interesses egocêntricos ponham em risco a estabilidade do grupo.

Heilbroner (1996) lembra, ainda que, ao longo dos séculos, as sociedades têm buscado garantir sua sobrevivência sem passar pelos percalços resultantes dos “imprevisíveis desvios humanos”, de três formas: a) pela tradição, quando cada indivíduo substitui o pai em dado ofício, como no sistema de castas da Índia; b) pelo autoritarismo, para garantir que as tarefas necessárias à sobrevivência do grupo sejam executadas, como no Egito antigo e na Ex-União Soviética, e; c) através de mecanismo de mercado, onde existe uma regra de ouro que garante que cada indivíduo pode fazer o que for mais conveniente e rentável para si, sem infringir as leis da sociedade em que está inserido.

Comentando o sucesso do sistema de mercado, Heilbroner (1996) afirma que “era o fascínio do lucro, não a força da tradição ou o chicote da autoridade” que determinava as obrigações de cada pessoa. Apesar da simplicidade da idéia, a humanidade teve de esperar até o século XVIII para que um grupo de pessoas, os economistas, pudesse tornar um pouco mais claras as regras que regem a produção econômica. Lamentavelmente, as tentativas de explicar as crises e a má distribuição dos bens produzidos ainda estão à espera de soluções.

São visíveis as contradições em que vive o homem moderno: miséria e opulência convivem, não sem conflitos, num mesmo espaço, qualquer que seja sua dimensão. Também é consenso considerar que, em toda a história humana, jamais houve tamanho progresso material. No entanto, a miséria encontra-se disseminada por todo o planeta. A situação dos pobres é uma ameaça constante à paz e à estabilidade de governos, mesmo daquelas nações que alcançaram maior grau de desenvolvimento.

Nos países pobres, a luta pela sobrevivência tem sido árdua, inclusive naqueles considerados subdesenvolvidos e industrializados, como o Brasil. A situação de penúria em que vive a maioria da população mundial, além de inaceitável, é a comprovação de que algo urgente deve ser feito no sentido de reduzir as desigualdades sociais hoje existentes. A ausência ou a baixa eficácia das políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e a fome, têm acarretado uma significativa pressão sobre os recursos naturais.

Deve-se considerar, também, que nos países ricos, ditos desenvolvidos, onde a sociedade atingiu outro estágio de desenvolvimento denominado de pós-industrial, o intenso consumo de bens e o desperdício de matérias-primas e energia, por exemplo, têm sido igualmente danosos para o meio ambiente. O ritmo da produção, constantemente incrementado pelos avanços da tecnologia, a curta vida útil dos bens, além dos modismos de estação, têm causado muitos transtornos. São problemas comuns nestes países a emissão de poluentes atmosféricos, dificuldades para acondicionar ou processar o lixo gerado pelas cidades, entre tantos outros.

Desta forma, é comum a afirmação, por parte de especialistas, de que a civilização atual, resultante do modo de produção capitalista dominante, enfrenta um momento crítico na sua convivência com o meio ambiente.

Aplicar os mesmos princípios de desenvolvimento econômico para *todos* os países do mundo, indistintamente, é uma falácia. Produzir bens capazes de proporcionar a todos os habitantes do planeta um padrão de vida semelhante ao desfrutado pelos ricos, é uma utopia.

A inviabilidade desta proposta reside na constatação de que a natureza não dispõe de recursos suficientes para todos, além do que os dejetos resultantes deste padrão de consumo seriam capazes de sufocar o planeta.

Torna-se evidente, a partir destas considerações, que a humanidade deve buscar novos rumos capazes de possibilitarem o surgimento de uma sociedade com maior eficiência econômica, com equilíbrio e justiça social e em harmonia com o seu ambiente. Em outras palavras, cabe à humanidade procurar o desenvolvimento econômico e a igualdade social sem destruir os recursos ambientais. Por enquanto, esta forma de desenvolvimento tem sido denominada de “sustentável”, “sustentada”, “durável”, entre outras.

Deve-se considerar que a mudança para novos parâmetros de convivência social, ou, como se tornou comum colocar, a busca deste novo paradigma sócio-econômico e ambiental requer tempo e um esforço conjunto de toda a humanidade. Não se pode acreditar que um conceito inacabado, como o de desenvolvimento sustentável, consiga dar as respostas que a humanidade, ou pelo menos uma parte dela, deseja encontrar. Some-se a esta complexidade o fato de que a sociedade capitalista, tal como ela se encontra hoje, foi o resultado de um processo histórico iniciado na Europa por volta do século XV. Talvez não seja necessário um tempo tão longo para alterar a rota do desenvolvimento excludente de hoje, mas, muitas resistências têm de ser superadas.

## 1.2. Idéias sobre Desenvolvimento Econômico, Pobreza e Exclusão Social.

Na Idade Média, ou recuando aos tempos bíblicos, dar esmolas aos pobres era uma das formas de garantir a salvação da alma sem ter que se tornar um deles. Mesmo com o incentivo espiritual, a ajuda é feita de maneira calculista, ou seja, a doação faria bem, tanto ao doador quanto ao beneficiário.

Nos primeiros anos da Revolução Industrial, os necessitados eram vistos como vadios e avessos ao trabalho a quem o Estado deveria assistir, dar instrução e moldá-los à vida das fábricas. Na Inglaterra, por exemplo, a Lei dos Pobres, de 1834, tinha como propósito determinar que as paróquias deveriam ajudar a alimentar os pobres. Houve resistência a esta idéia. A mais famosa, ironicamente, foi obra de um religioso: o reverendo Thomas Malthus. Para Malthus, esta ajuda representava um risco à estabilidade social, uma vez que, entre outros fatores, tal benefício concorreria para o incremento demográfico e conseqüente escassez de alimentos. O debate sobre como eliminar ou reduzir a pobreza teve aí o seu início,

sob a ótica da ciência econômica. Apoiar ou combater Malthus continua alimentando discussões mundo afora.

A era moderna é marcada pela idéia de que o progresso é sinônimo de segurança e de otimização do tempo de vida do ser humano. Sob influência do pensamento darwinista o termo progresso torna-se sinônimo de evolução. Progredir é também uma forma de superar a submissão à morte, que marcou a era medieval. Dar ajuda é propagar os avanços e conquistas da civilização ocidental.

A modernidade trouxe ainda profundas transformações para o sistema produtivo e para a reorganização do espaço mundial, inclusive sob a ótica política. O Estado-Nação consolida-se como força maior, capaz de reordenar o mundo, agora sob o domínio do capitalismo (CIDADE, 2001). Com a difusão da industrialização e com a ascensão da economia norte-americana à posição de primeira do mundo, surge um novo modelo produtivo, baseado na tecnologia intensiva, na produção e no consumo em massa. Trata-se do modelo fordista, implantado nos Estados Unidos no início do século XX. O ritmo da vida e da cultura moderna passa a ser ditado pelo ritmo da máquina. O trabalho é fragmentado em inúmeras e pequenas tarefas, altamente especializadas, o que levou o trabalhador a perder a noção de conjunto. Em contrapartida, o aumento dos salários estimulou o consumo de maneira formidável. O sucesso do fordismo transformou-se na nova filosofia do capitalismo industrial. Grande parte dos seus fundamentos resiste até os dias de hoje.

Esteve (2002, p. 61) considera que o conceito de desenvolvimento “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa”. Ao mesmo tempo em que desfruta de ampla vulgarização no mundo moderno, possui grande fragilidade e ineficácia enquanto conceito. Para este autor, a questão do desenvolvimento surge precisamente em 20 de janeiro de 1949. Neste dia, Harry S. Truman tomava posse como presidente reeleito dos Estados Unidos da América (EUA), após ter substituído F. D. Roosevelt, o artífice da recuperação pós 1929. Truman, o mesmo que lançou as bombas atômicas sobre o Japão, prometia, em seu discurso, dedicar-se a um programa que possibilitasse espalhar “nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas” (op.cit., p.59). Era um sinal de que diversas nações do mundo necessitavam do apoio econômico dos Estados Unidos para resolver seus problemas internos, mesmo contra a sua vontade.

O momento político era dos mais delicados e incertos, pois, enquanto a Europa iniciava sua reconstrução, iniciava-se a descolonização afro-asiática. Percebeu-se que as ações

empreendidas, principalmente pelas nações européias, no sentido de explorar os territórios do novo mundo causaram enormes disparidades sociais, econômicas e até políticas entre as jovens nações e o resto do mundo. Além do que ficava evidente que as necessidades destes povos eram reconhecidas e determinadas de fora. A proposta de ajuda soa, portanto, muito mais como imposição do que como escolha.

Para Gronemeyer (2002), existem duas formas de ajuda aos necessitados: (i) em caso de necessidade temporária, a ajuda consiste na superação de um *déficit*, produzindo a restauração de uma situação considerada normal; e (ii) em caso de necessidade permanente, como o auxílio ao desenvolvimento, o estado de carência é determinado ou percebido por um diagnóstico que usa critérios externos de comparação. O diagnóstico irá determinar que grupo (país ou região) de necessitados será objeto de atenção. Esta ação tem como objetivo uma intervenção transformadora capaz de permitir aos necessitados “eliminar algum tipo de déficit” (op. cit., p.18) e “alcançar os outros” (op. cit., p.35). É também um “exercício elegante de poder” (op. cit., p.18) como prova o Plano Marshall, que não só recuperou a economia européia como firmou o poderio norte-americano no “mundo livre” e é tido como o mais bem sucedido programa de ajuda internacional e uma das mais brilhantes pérolas da história geopolítica mundial.

Mesmo a ajuda empreendida pelas organizações não governamentais, denominada por Gronemeyer (2002) como “ajuda para auto-ajuda”, não consegue impedir a pilhagem dos pobres, apesar de sua luta para não criar dependência permanente. Primeiro, por que ela não rejeita a idéia de que o mundo precisa de desenvolvimento, e aí ela pode destruir “aquilo que professa salvar” (op. cit., p.35): a capacidade de auto-organização das comunidades não-desenvolvidas. Em segundo lugar, mesmo possuindo maior legitimidade moral, ela apenas discorda do conceito de ajuda, “mas não do desenvolvimento em si” (op. cit., p.35).

Pobreza pode ser definida por uma série de expressões e de significados que buscam transmitir a idéia de que falta algo a uma pessoa. A diferença torna-se mais expressiva quando é possível comparar uma pessoa pobre a uma outra mais bem sucedida. Pode-se perceber que uma pessoa completa, que de nada necessita, dificilmente existirá. O mesmo parece ocorrer com a parcela mais rica da população, cujo limite de consumo está longe de ser alcançado. Além disso, definir o que é ser pobre passa por questionamentos muito subjetivos. Por exemplo: como definir quais as necessidades básicas de cada indivíduo? Qual seria o nível de saciedade de alguém? Existe um limite para a riqueza e para a pobreza,

com o qual todos concordem? Quem teria autoridade para decidir e definir isso tudo? (RAHNEMA, 2002).

Para Rahnema (2002), a pobreza pode ser melhor compreendida se forem consideradas quatro dimensões: (i) as carências materiais, talvez a mais evidente de todas; (ii) a consciência, subjetiva e sócio-cultural, que cada indivíduo tem de si mesmo, de como ele se vê; (iii) como o pobre é visto pelos outros, despertando reações de ajuda (algo pode ser feito) ou não (nada pode ser feito); e (iv) as variações espaço-temporal e sócio-cultural das necessidades básicas de cada indivíduo, como foi referido acima.

Como alternativas para solução da pobreza, são colocadas algumas fórmulas que vão do aumento da produção de bens e serviços, passando por políticas setoriais redistributivas e assistenciais. Aumentar a produção de bens e serviços é uma proposta que atende principalmente aos interesses daqueles que vêem desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pensamento dominante no pós-Segunda Guerra. As demais alternativas surgem tão logo a ilusão do crescimento contínuo se confirme.

Em suma, as políticas assistenciais ou de combate à pobreza falharam em muitos sentidos (embora tenham alcançado alguns bons resultados em outros), por perpetuarem a pobreza que se propuseram combater. Se o direito de propriedade, um dos pilares da economia capitalista, continuar inacessível ao pobre, e se as pessoas e comunidades não forem respeitadas em suas peculiaridades, fica claro que tais políticas jamais eliminarão as diferenças sociais, pois são delas que a sociedade capitalista se nutre. Combater a pobreza e a exclusão não é, nas palavras de Franco (2002, p.60),

(...) transformar pessoas e comunidades em beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais, mas significa, isto sim, fortalecer as capacidades de pessoas e comunidades de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade devida.

Embora exista certo consenso de que pobreza é sinônimo de carência, talvez pelo fato de que este é um fenômeno global, o conceito de desenvolvimento não goza da mesma popularidade. Não é tão difícil elaborar um rápido conceito deste vocábulo, mas é quase certo que não se atingirá facilmente um consenso quanto à sua abrangência e significado.

Durante o século XX, poucos países do mundo conheceram tamanho desenvolvimento econômico quanto o Brasil. Entretanto, o País é bastante conhecido no cenário internacional pela extrema desigualdade na distribuição da renda gerada. Além disso, grande parcela da população não tem acesso ao emprego, às escolas e à participação política.

Estes problemas, que não são exclusivos do Brasil, vêm atraindo a atenção das ciências sociais desde o tratado do reverendo Malthus sobre a população, publicado em 1789. Estas questões, mais afeitas às camadas populares, vêm sendo denominadas de exclusão social.

Ribeiro (1999) considera a exclusão um problema tão antigo quanto a sociedade, adquirindo diversas conotações ao longo da história. Entretanto, no momento atual, o termo exclusão estaria associado ao desemprego em massa e à reestruturação produtiva, fruto da globalização, somados à redução do papel do estado como protetor das camadas mais pobres da população.

Guimarães et al (2002), após ampla discussão sobre as diversas conotações dadas ao termo exclusão, considera-o vago, principalmente em razão das novas modalidades de exclusão trazidas pela globalização. Entretanto, defende que “por mais problemático que seja, o esforço de conceitualização não deve, portanto, ser abandonado” porque “uma série de mobilizações políticas e sociais estão em curso ao redor do que o termo exclusão social evoca”.

Kowarick (2003) ao discutir as dimensões da exclusão social nos Estados Unidos, na França e no Brasil, considera o termo muito “escorregadio”. Para o autor a visão do excluído nos Estados Unidos, de cunho político-ideológico, é oriunda da visão weberiana e puritana do desenvolvimento, ao culpar a vítima pelo seu insucesso econômico. De acordo com estes preceitos o individualismo e a competição, dentro de sociedade igualitária, são atributos essenciais para o sucesso financeiro dos indivíduos.

Amaro (2005), ao resumir a visão dos cientistas sociais portugueses, considera que a exclusão social manifesta-se em seis dimensões principais do quotidiano real dos indivíduos, ao nível do SER, do ESTAR, do FAZER, do CRIAR, do SABER, do TER. A exclusão do ser reflete-se na personalidade do indivíduo e traduz-se na sua distinção como pessoa, incluindo sua auto-estima. A do estar tem relação com o convívio e interação social da pessoa. A dimensão do fazer remete o indivíduo à condição de agente produtivo, remunerado, ou não. A dimensão do criar trata das iniciativas e do poder de realizar projetos,

típico de cada pessoa. A inclusão do indivíduo no campo do saber trata do acesso da pessoa à informação, atingindo a dimensão do ser crítico e capaz de tomar decisões conscientes. Por fim, a dimensão do ter inclui poder de compra e acesso da pessoa a bens de consumo. Nas palavras do autor “a exclusão social é, portanto, segundo esta leitura, uma situação de não realização de algumas ou de todas estas dimensões”.

Nunes (2005), geógrafo integrante do grupo de pesquisas SIMESPP (Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão para Políticas Públicas) da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP Campus de /Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil, formado por uma equipe multidisciplinar de profissionais, ao discutir a questão da exclusão social sob a ótica da geografia urbana, concorda com Guimarães et al (2002), ao declarar que

a exclusão social é uma questão multidisciplinar, estando diretamente ligada a aspectos objetivos e subjetivos do ser humano. Apesar de ser um termo muito utilizado por cientistas políticos e sociólogos, é também objeto de estudos também de geógrafos, antropólogos, psicólogos, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, advogados, educadores, economistas, etc.

De acordo com Lima (2003), o Atlas da Exclusão Social no Piauí aponta os estados nordestinos como os detentores dos mais altos índices de exclusão social no Brasil, tanto na década de 1980 quanto no ano de 2000. Nesta classificação o Estado do Piauí ocupou o penúltimo e o antepenúltimo lugar, respectivamente. Mesmo assim, nos dois casos, ainda que os índices de exclusão fossem maiores que a média nacional, o Estado apresentou um bom desempenho. Enquanto em 1980 o índice de exclusão social do Piauí correspondia a 0,213 (37% do valor da média nacional), no ano de 2000 passou a representar 0,247 (47% do mesmo). Este desempenho foi o oposto da média nacional, que decresceu no mesmo período, passando de 0,574, em 1980, para 0,527 no ano de 2000.

Deve-se considerar que a mudança para novos parâmetros de convivência social, ou, como se tornou comum colocar, a busca deste novo paradigma sócio-econômico e ambiental requer tempo e um esforço conjunto de toda a humanidade. Da mesma forma, não se pode acreditar que um conceito inacabado, como o de desenvolvimento sustentável, consiga dar as respostas que a humanidade, ou pelo menos uma parte dela, deseja encontrar. Some-se a esta complexidade o fato de que a sociedade capitalista, tal como ela se encontra hoje, foi o resultado de um processo histórico iniciado na Europa por volta do século XV.



Talvez não seja necessário um tempo tão longo para alterar a rota do desenvolvimento excludente de hoje, mas, muitas resistências têm de ser superadas.

Mendes (2003) tratando de compreender a “Economia e o Desenvolvimento do Piauí”, título da sua obra, relaciona as causas da pobreza do Estado destacando, principalmente, a perda de oportunidades ao longo da história (cap. 6, p. 141). A primeira delas teria ocorrido no século XVIII (1761) quando foram confiscadas pela coroa portuguesa as terras pertencentes aos jesuítas. O que teria acontecido se as terras tivessem sido destinadas a pequenos proprietários sem terra da época? – pergunta o autor. A segunda oportunidade surgiria pouco mais de cem anos depois, em 1886, quando o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras extingue a Comissão de Melhoramentos do rio Parnaíba, paralisando as obras de desobstrução do canal de navegação, ao mesmo tempo em que entorpece a motivação coletiva de colocar esta artéria fluvial como eixo do desenvolvimento econômico do Estado. E se rio Parnaíba tivesse recebido a atenção merecida? – volta a perguntar o autor. A terceira oportunidade, ainda não totalmente perdida, refere-se à conclusão da construção do porto de Luís Correia. Fechando o rol dos descasos, Mendes cita ainda alguns projetos governamentais e um volume da ordem de US\$ 95 milhões de dólares de investimentos, nos últimos quinze anos, perdidos pelo Estado do Piauí graças ao descaso ou desinteresse dos governantes.

Mendes (2003) parece considerar o desenvolvimento como sendo uma trajetória retilínea de acumulação de fatores produtivos. O País, ou no caso, o Estado do Piauí, não se desenvolveu por que sua elite dirigente foi incapaz de perceber o que hoje parece óbvio para muitos: faltou uma visão de longo prazo e vontade de investir. Esquece o autor que a conjuntura dos momentos que ele considerou era francamente desfavorável para o Piauí. Primeiro, porque o modelo econômico do instante considerado tinha seu eixo estrutural herdado do feudalismo, baseando-se na propriedade de grandes extensões de terra e na centralização do poder. Como esperar que grandes proprietários viessem a realizar uma reforma fundiária? Em segundo lugar, não se pode garantir que o rio Parnaíba, como muitos desejam, venha a se tornar uma artéria fluvial importante, se a nossa produção, em qualquer setor, é muito tímida e, por conseguinte, não cobre os investimentos de um porto de mar. Mais sensato seria escoar a produção agrícola por portos já existentes e com grande capacidade ociosa, como o de Ponta da Madeira (Porto de Itaqui), em São Luís do Maranhão. Por fim, como político que chegou ao posto de vice-governador do Piauí, a postura de Mendes repete o que a elite sempre praticou no País e no Estado: só as grandes obras podem trazer o tão

sonhado desenvolvimento, muitas vezes à custa de resultados desastrosos, tanto econômicos quanto práticos. Pouco se fala em inversões de longo prazo e de grande retorno social.

### 1.3. O Desenvolvimento Sustentável

O projeto desenvolvimentista surgido no século passado concorreu para o surgimento de necessidades novas e crescentes, mesmo antes de resolver todas as contradições que trazia consigo. Embora seja o pobre o que mais sofre diante da impossibilidade de consumir, o rico parece nunca estar satisfeito com o que possui. Reside aí o grande dilema posto pelo pensamento econômico dominante, qual seja o de que o atual modelo econômico jamais conseguirá satisfazer todas as necessidades anteriormente previstas ou definidas até pelo planejamento mais rigoroso.

Some-se a este o fato de que, em pequenas comunidades, a satisfação das necessidades de um grande número de pessoas passa por uma rede de relacionamentos não monetarizados e por diversas formas de solidariedade e reciprocidade que a teoria econômica não alcança. O mesmo acontece com pequenas atividades desenvolvidas no interior das comunidades e que não têm espaço dentro do novo mundo de alta tecnicidade e competitividade, como o artesanato, a criação de pequenos (e poucos) animais, a coleta de frutas e a pesca para consumo do grupo familiar, entre outras.

Durante pelos menos três décadas subseqüentes à Segunda Grande Guerra, a idéia de desenvolvimento confundiu-se com a idéia de crescimento econômico. Mesmo no momento atual, estes conceitos continuam sendo sinônimos para muitos. Com esta visão estritamente monetária e quantitativa, muitos planejadores consideravam, e alguns continuam considerando, o aumento persistente da renda como o caminho mais seguro para o desenvolvimento econômico e para a redução ou eliminação das desigualdades econômicas, principalmente para as nações ditas subdesenvolvidas.

Para a zona rural, o desenvolvimento significaria, neste primeiro instante, a absorção de inovações tecnológicas capazes de mudar o perfil produtivo, garantir maior produção e maior produtividade de forma contínua e, por conseguinte, proporcionar a melhoria das condições de renda do homem do campo.

Leite (1999) discute esta visão considerando que o termo mais adequado e preciso para designar este sentido dado ao desenvolvimento seria o de desenvolvimento agrícola. Já o termo desenvolvimento agrário, surgido algum tempo depois, poderia ser atribuído a interpretações estruturais do espaço rural. Tais estudos buscavam entender os mecanismos

que regem as relações de produção no espaço agrário, assim como desvelar os papéis dos atores sociais que configuravam um determinado contexto. As análises teriam como foco o acesso à terra, o papel do Estado, a situação do mercado de trabalho e a comercialização da produção, entre outros. A ação do Estado, tentando modificar as condições sócio-produtivas de uma determinada região, deu origem, entre os anos de 1950 e 1970, ao que se convencionou chamar de desenvolvimento rural. Partindo de metas, estratégias e metodologias pré-estabelecidas, o poder público busca “despertar” regiões consideradas atrasadas. Através de políticas de incentivos à produção, cessão de terras, difusão de métodos de irrigação, por exemplo, busca-se tornar regiões pobres iguais ou próximas àsquelas consideradas modernas ou desenvolvidas.

Após as crises econômicas da década de 1980 e as reformas do Estado ocorridas na última década do século XX, tais termos passaram a ter conotações ligeiramente diferentes. Surgem duas novas expressões para designar as ações estatais ou não sobre o espaço rural, visando alterar as condições de vida e as formas de produzir do campo: desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local sustentável.

No primeiro caso, o conceito de desenvolvimento rural sustentável herda parte das discussões sobre a questão ambiental. Aplicado ao setor rural, tem significado, entre outras acepções, a necessidade de incorporar ao discurso desenvolvimentista a variável ambiental.

Para Buarque (2002), a segunda expressão pode ser entendida como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais”. A expressão deriva da atuação localizada de organizações não-governamentais em oposição ao processo de globalização, quando pretende descobrir potencialidades locais capazes de impulsionar a economia de uma certa comunidade, ou em consonância com ele, ao propor o fortalecimento de grupos de produção que pretendem disputar o mercado global.

O surgimento da questão ambiental deu-se por volta dos anos de 1960. Entretanto, é a partir dos anos de 1970 que a discussão se amplia. A conquista espacial, a crise do petróleo, a intensa poluição das metrópoles, entre outros acontecimentos, mostram que os recursos naturais são limitados e que o planeta Terra está em crise.

Fonte de energia e de matérias-primas baratas, o mundo subdesenvolvido não consegue equilibrar sua balança de pagamento e combater a miséria sem a exploração predatória dos seus recursos naturais. O petróleo, mais uma vez, é um exemplo ilustrativo

desta crise. Apesar da sua importância como matriz energética do século XX, é fonte de riqueza para poucos, ao mesmo tempo em que é a causa maior da poluição dos grandes centros urbanos, juntamente com a atividade industrial. A miséria, o analfabetismo e o crescimento demográfico elevado, por exemplo, continuam sendo características dos países produtores/exportadores de petróleo, seja da África ou do Oriente Médio. As tensões sociais e a instabilidade política são ameaças potenciais a uma possível interrupção no fornecimento desta importante fonte energética aos países desenvolvidos. Os mais afetados seriam, claro, aqueles que formam a elite econômica mundial, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Cavalcanti (2002) considera que a publicação do livro de Paul Erlich (1968), “A bomba da população”, tratando do crescimento demográfico e seus efeitos, do artigo de Garret Hardin (1968), “A tragédia dos comuns”, aprofundando a discussão da “explosão demográfica”, e do livro “Limites do Crescimento”, de Meadows et alii (1972), também conhecido como “Relatório do Clube de Roma”, este com uma visão neomalthusiana do futuro da humanidade, são normalmente colocadas como as mais importantes obras a iniciar o debate em torno da questão do desenvolvimento sustentável. Um ano antes do lançamento do Relatório do Clube de Roma, foi realizada a reunião de Founex, na Suíça, que resultou num importante documento que veio a se tornar o centro das discussões da primeira conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o ambiente humano, realizada em Estocolmo em 1972.

A Declaração de Cocoyok, de 1974, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) colocava que a destruição da natureza era resultado da pobreza, posição esta reforçada pelo Relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, de 1975. Apoiados pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) estes documentos completam a lista das obras comumente citadas, que antecipam a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável. Nesta mesma década surge o conceito de ecodesenvolvimento, de Maurice Strong (1973), aprofundado e ampliado por Ignacy Sachs (1976). Considerada como uma estratégia alternativa de desenvolvimento, prega a utilização racional dos recursos naturais pelas populações locais com tecnologias adequadas, sob a ótica social e ecológica, satisfação das necessidades básicas, redução do consumo de combustíveis fósseis e a tomada de decisões descentralizadas, ou seja, com a participação dos interessados e solidariedade com as gerações futuras. (NOBRE & AMAZONAS, 2002; CAVALCANTI, 2003).

Na década de 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) apresenta o documento “Estratégia de Conservação Mundial”, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, através da conservação dos recursos vivos. Mais tarde, em 1987, surge o Relatório Brundtland. Trata-se, depois do livro *Limites do Crescimento*, de uma das obras que mais contribuíram para a popularização da questão ambiental. Constituíam-se, principalmente, de uma agenda global visando orientar as discussões da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92. O estudo mantém um tom neutro, diplomático: não combate e nem propaga o desenvolvimento econômico a qualquer custo, sendo esta uma das principais razões da sua aceitação.

A realização da Rio-92 foi uma demonstração clara do malogro da Conferência de Estocolmo: a natureza estava sendo destruída num ritmo cada vez maior, sem que a pobreza fosse sequer estabilizada. A escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar o encontro pareceu pouco oportuna: um cenário social degradado e desolador, com ondas de seqüestros e epidemias, além do tráfico de drogas, quase inviabilizaram o encontro. No entanto, a participação de alguns países foi mais lastimável ainda, sendo os EUA o principal exemplo, quando o Presidente George Bush, pai, recusou-se a assinar o Acordo Internacional da Biodiversidade. Poucos avanços ocorreram em relação à Conferência de Estocolmo, a não ser a proposta da Agenda 21. Tratava-se de um compromisso diplomático, político e ideológico de longo prazo assinado pelos presentes, visando construir um novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade do planeta. Caberia a cada país construir sua proposta em consonância com a Agenda 21 global. Palavras como cooperação, parceria, equidade, entre outras, passaram a fazer parte do planejamento de políticas públicas de combate à pobreza.

A realização da Rio + 10, em Johannesburgo (África do Sul), tinha como propósito avaliar a Rio 92. Entretanto, por falta de interesse dos participantes, e pelo desprezo dado aos acordos da Agenda 21, nada de novo teve para mostrar. Desta forma, acredita-se que o propósito de construção de um mundo com uma sociedade menos desigual, ecologicamente equilibrado e economicamente sustentável, será uma tarefa árdua, cara e demorada..

As repercussões sobre as políticas públicas de desenvolvimento deram-se pela incorporação de novos conceitos e opiniões, assim como pelo surgimento de novas metodologias, buscando apreender as interações entre economia e meio ambiente. Desde então, passou-se gradualmente para uma visão de desenvolvimento como um processo global

envolvendo múltiplas e complexas relações entre as esferas política, econômica e social, visando atingir a eficiência econômica, a equidade social e a liberdade política (BARONI, 1992; BRÜSEKE, 2001; ALMEIDA JR., 2003; CAVALCANTI, 2003).

A expressão “desenvolvimento sustentável” vem sendo utilizada intensamente nos dias atuais, entretanto, existem muitas ambigüidades e inconsistências envolvendo o termo. Primeiro, o aparente consenso em torno do tema é fictício, porque, uma vez surgido no contexto das ciências biológicas, o discurso da sustentabilidade perpassa, hoje, pelos mais diversos campos do saber. Segundo, a ciência ainda não conseguiu produzir conhecimento que possa conciliar os diversos conceitos de qualidade de vida com a capacidade de carga dos ecossistemas. Terceiro, assim como os conceitos de progresso, desenvolvimento e pobreza, entre outros, a expressão “desenvolvimento sustentável” ocupa um espaço tão amplo na mídia que até situações amplamente adversas parecem encontrar solução pelo simples acréscimo do termo sustentável: agricultura sustentável, economia sustentável, crescimento sustentável e vários outros. Quarto, não existe um “padrão de desenvolvimento” que consiga conciliar a diversidade de situações de desigualdade sócio ambiental existentes entre os diversos países e povos do mundo. Afinal, que tipo de desenvolvimento pode ser traduzido como sustentável ou sustentado?

Embora a discussão envolvendo o termo esteja prestes a completar um quarto de século, pouco se fez de efetivo no sentido de coibir ou minimizar as relações conflituosas do homem com a natureza. Velhos projetos inexecutáveis há décadas são retirados das gavetas e ao acrescentar-lhe o termo sustentável parecem subverter sua inviabilidade. Como exemplo pode ser citado o projeto antigo de transposição das águas do São Francisco, reeditado pelo governo do Presidente Lula, e apresentado como capaz, enfim, de resolver o problema da falta d'água no Nordeste.